



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas
no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar
pelo Banco Central do Brasil

Junho de 2022

BANCO MERCANTIL DO BRASIL



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, indicadores recentes das economias americana, chinesa e da área do euro sugerem significativa moderação no ciclo de recuperação da economia mundial. Nesse contexto, a economia americana registrou retração anualizada de 0,9% no segundo trimestre, na comparação com igual período de 2021. A economia chinesa também passou por forte desaceleração no semestre e projeções recentes apontam para crescimento anual da ordem de 3,0%, ante expansão de 8,1% do PIB em 2021. A inflação mundialmente elevada e conflitos geopolíticos continuam agravando a conjuntura de incertezas.

No Brasil, o desempenho da economia no semestre foi superior às expectativas do início do ano. Observa-se continuidade da favorável expansão do setor de serviços, crescimento do comércio e desempenho positivo da indústria até maio (últimos dados de mercado). Contudo, projeções recentes indicam acentuada desaceleração da atividade econômica, com projeções de expansão anual do PIB da ordem de 2,0%, ante crescimento 4,6% do PIB em 2021.

Quanto ao comportamento dos preços, a conjuntura econômica continua caracterizada por persistentes pressões inflacionárias e taxa de juros Selic em alta. A inflação medida pelo IPCA alcançou alta de 5,49% no semestre e 11,89% nos últimos doze meses findos em junho. A política monetária contracionista tem sido o principal instrumento de combate à inflação, com a taxa de juros Selic alcançando 13,25% ao ano em junho, com perspectiva de alta.

No Sistema Financeiro Nacional, projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito da ordem de 11,9% para 2022. Nessa linha, constata-se que a previsão de expansão do crédito continua em patamar bem superior às projeções de mercado de inflação anual medida pelo IPCA da ordem de 7,2% para o ano em curso.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- Perfil Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco múltiplo de médio porte, de capital privado nacional, que está comemorando 79 anos de mercado. Nos últimos anos vem promovendo vigorosas transformações para torná-lo ainda mais competitivo e conectado às necessidades do mercado. Os resultados alcançados indicam ser possível combinar décadas de tradição com inovação e qualidade.

A partir de um planejamento vigoroso e dinâmico, baseado em inovação, digitalização, renovação da cultura empresarial e compromisso de suas lideranças, o Mercantil do Brasil vem consolidando o seu objetivo de ser o melhor ecossistema financeiro para o público 50+, com atenção especial aos beneficiários do INSS. Isso significa disponibilizar soluções que possam simplificar o cotidiano dos clientes, deixar o acesso aos serviços e produtos bancários mais simples e ágil, resultando também em mais comodidade na utilização de canais e tecnologias da preferência dos clientes. Complementarmente, o Banco mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento, com foco ostensivo nos beneficiários do INSS.



Nesse contexto, têm ocorrido reiterados e importantes investimentos em tecnologia, dedicado especial atenção ao quadro de colaboradores, com ênfase em desempenho de alta performance e alinhado aos objetivos estratégicos da Instituição, e se empenhado fortemente para ampliar e aperfeiçoar a cada dia o portfólio de produtos e serviços bancários, no relacionamento com clientes e, adicionalmente, vem reposicionando a marca.

De fato, a transformação tecnológica, o foco no público 50+, a melhoria de processos, com redução de custos, e as operações direcionadas e bem conduzidas para uma jornada de experiência do cliente intuitiva e humanizada, inclusive por meio dos canais digitais, tem sido um sucesso e o MB está vivenciando novo ciclo de expansão de suas atividades e ocupando espaços importantes no mercado.

É nesse cenário que nos últimos anos o MB obteve destacada evolução, ganhando evidência a conquista da importante posição de quinto banco maior pagador de benefícios do INSS do País e crescimento nos últimos doze meses de 73,6% da carteira de clientes, alcançando a marca de 5,3 milhões de clientes atendidos por canais de autosserviços digitais modernos e eficazes, além do atendimento presencial disponível em 294 unidades.

Foi nesse processo também que idealizou-se e estão em constante evolução produtos e serviços customizados, descontos em *marketplace* e investimentos em novos formatos de pontos de atendimento e em tecnologia. Cabe ressaltar, ainda, que o atendimento único e próximo aliado ao processo integrado de abordagem estruturada ao cliente, garantindo interações de relacionamento e oferta de produtos e serviços com qualidade, além do aumento constante do portfólio de soluções personalizadas, vem proporcionando altos índices de NPS e de engajamento dos clientes.

Assim, em conexão com os destacados resultados alcançados em seus 79 anos de mercado, o Mercantil do Brasil tem como meta manter o crescimento da carteira de produtos e serviços com qualidade, suportado pela geração de resultados obtidos de forma sustentável e com *funding* pulverizado, além de continuar avançando no campo da evolução tecnológica.

Quanto ao quadro de Colaboradores, a evolução também não para. O Banco vem empreendendo uma transformação cultural baseada na utilização de adequadas ferramentas digitais, contemplando recursos alinhados às tendências de mercado, evoluindo a forma de trabalho, ganhando mais agilidade nos processos, maior conexão entre as áreas e redução de custos. Utiliza também de avançadas ferramentas para fomentar e controlar a implementação de projetos inovadores por toda sua equipe, em um ambiente organizacional desafiador e favorável à destacada capacidade de inovação e de adaptação ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar.

No primeiro semestre, o Mercantil do Brasil continuou alcançando importantes resultados, mediante crescimento vigoroso em importantes campos de sua atuação mercadológica, além de premiações que indicam estar no caminho certo quando se trata das melhores práticas de relacionamento com o cliente. Obteve expansão de 11,9% da carteira de crédito, crescimento de aproximadamente 1,0 milhão de novos clientes; expressivo aumento de 19,2% na receita de prestação de serviços, especialmente na colocação de seguros (24,5%) e destacada ampliação da oferta de serviços. Coroando todo esse sucesso, o lucro líquido do semestre foi de R\$ 95,3 milhões, não obstante a notória conjuntura desafiadora.

Tudo isso de forma sustentável, com o cliente no centro da estratégia e atendimento de excelência como essência.

Os bons resultados alcançados materializam todo o esforço empreendido, a lucidez dos administradores e a dedicação e determinação do corpo funcional na busca obstinada para manter sua trajetória histórica de crescimento sustentável, ressaltando-se a valiosa parceria com o capital humano e clientes.



>> Premiações

No Mercantil do Brasil as premiações e reconhecimentos pelo relacionamento de excelência com clientes e pelo ambiente de trabalho com favorável Clima Organizacional têm sido recorrentes.

No 1º semestre de 2022, com evento realizado no dia Nacional do Ouvidor, o Mercantil do Brasil recebeu menção honrosa no Prêmio Ouvidorias pela ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). Para a premiação, que reconhece o trabalho e contribuição das Ouvidorias no país, o MB apresentou os desafios e resultados no monitoramento e atendimento as demandas recebidas na plataforma Consumidor.GOV no período da pandemia pelo Coronavírus.

Já no Prêmio Atendimento também organizado pela ABRAREC, na categoria desjudicialização, o MB levou o troféu prata. Com relato sobre *atendimento* pela Ouvidoria, reforçou seu compromisso em ouvir e solucionar problemas apresentados por seus clientes e usuários, de maneira simples e ágil, bem como cumprir com seu papel na sociedade reduzindo processos judiciais.

O MB conquistou, também, o Prêmio LATAM, na categoria prata, melhor "Contribuição em Responsabilidade Social", com o case "Compromisso com a Excelência". A premiação reconhece as melhores práticas de relacionamento com clientes na América Latina.

Ratificando seus esforços em se posicionar como melhor ecossistema para beneficiários do INSS e pessoas com mais de 50 anos, o MB permanece configurando o patamar de Excelência nos resultados das Pesquisas NPS (Net Promoter Score). A pesquisa é aplicada de forma recorrente e corresponde a métrica internacional que visa mensurar o grau de lealdade dos consumidores com a marca.

Adicionalmente, o MB foi reconhecido mais uma vez como uma das melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais. O prêmio foi concedido no mês de junho em evento especial ocorrido no final do semestre.

- Canais de Atendimento e Inovação Digital

O MB tem realizado relevantes investimentos em inovações tecnológicas para diversificação dos canais de atendimento e, sobretudo, com o propósito de conquistar novas fronteiras para prospecção de clientes e realização de negócios, observado o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico.

Neste sentido, o Mercantil do Brasil tem como firme propósito reunir o melhor de um Banco digital, como a agilidade e a capacidade de inovar, com um atendimento cuidadoso e humanizado para o cliente.

Assim é que, além da estratégica rede de pontos de atendimento físicos, os clientes são atendidos também através de modernos e eficientes canais digitais, inclusive com o uso de inteligência artificial para agilizar o atendimento, a partir de sua necessidade ou preferência.

Nesse contexto, o MB deu um salto nos últimos anos em seu propósito de ser cada vez mais um banco digital. Exemplo disso tem sido a concessão de crédito (antecipação do saque do FGTS) em grande escala através do WhatsApp, que fomentado por ações de marketing digital também alcançou outros públicos para além do 50+.

A valorização do uso de dados tem sido fundamental, conferindo maior inteligência ao processo de atendimento, realização de negócios e relacionamento, contemplando todo o ciclo de vida do cliente, com foco na eficiência comercial e desenvolvimento do cliente. Desta forma é possível testar hipóteses com agilidade e entender cada vez mais o que o cliente precisa e ofertar as melhores soluções, no momento certo e na medida certa. Assim, como resultado do trabalho desenvolvido, o Mercantil alcançou um salto no número de clientes. Nos últimos doze meses findos em junho, obteve crescimento da ordem de 74%, para 5,3 milhões de clientes.



Aplicativo MB - O App MB dispõe de amplas opções de produtos e serviços e responde por 42% de todas as transações realizadas, com crescimento de 27% em comparação com o 1º semestre de 2021. Ao final do primeiro semestre de 2022, 1.274.686 clientes já haviam aderido ao canal digital, com mais de 89 milhões de transações no 1º semestre. De todos os produtos contratados pelos clientes no Banco, 22% foram pelo aplicativo. Destaque para as contratações de empréstimo através desse aplicativo, que cresceram 25% - comparando com o 1º semestre de 2021. O índice de satisfação dos clientes com o aplicativo (NPS) posicionou-se classificado em zona de excelência, com nota 82, bem acima da nota mínima de 75 necessária para essa classificação. Vale mencionar, ainda, que o aplicativo passou a dispor de layout moderno e mais organizado, melhor performance e com mais qualidade, segurança e robustez.

ATMs - é um dos canais priorizados em esforços e investimentos para a disponibilidade e o aprimoramento da estrutura tecnológica, através da modernização do parque de ATMs e soluções de negócios que potencializam estratégias de marketing direcionadas à prospecção de clientes. Com diferentes transações realizadas desde o início de 2022, da ordem de 32,1 milhões, o autoatendimento foi responsável por aproximadamente 36% das contratações de produtos e serviços.

- Capital Humano

No Mercantil do Brasil, os tradicionais investimentos em treinamentos garantem a todo o Time o conhecimento de produtos e processos em plena sintonia com as necessidades do negócio, além de aspectos comportamentais e de liderança alinhados aos Valores do MB.

No semestre foram registradas 92.185 participações em treinamentos, sendo 91.974 participações pela Academia Mercantil e 211 participações nos treinamentos presenciais/online internos e externos, totalizando 35.659 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 9,11 horas de treinamento por funcionário.

O "Programa *Onboarding* Gerentes Beneficiários INSS" destinou-se aos funcionários recém-promovidos para essa posição de liderança. O Programa tem o objetivo de apoiar e orientar os novos gerentes sobre as ferramentas e processos de gestão de pessoas do Mercantil do Brasil.

O Programa "Formação 5.0", com foco nos escriturários de agência, tem como objetivo treinar e desenvolver os conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente.

Foi dado início ao Ciclo de Desenvolvimento de 2022, com as etapas de *feedback*, contratação de metas e plano de desenvolvimento individual (PDI). O PDI é uma importante ferramenta para alinhar as ações de desenvolvimento da organização aos objetivos estratégicos, ofertando as capacitações adequadas em consonância com o *feedback* e metas de desempenho acordadas entre gestor e colaborador.

Na Academia Mercantil, foram disponibilizados novos treinamentos para capacitar as equipes, de forma a ofertar corretamente os produtos e serviços aos nossos clientes. São eles: "Retorno de Benefício para pagamento de Empréstimos", "Cartão de Crédito - Tá na Mão Consignado", "API - Autoriza Ai".

Nos treinamentos presenciais, destacam-se:

- O Programa "Semana de Desenvolvimento – Gerentes de Suporte". Ocorre mensalmente, desde janeiro, com temas relevantes para atuação dos gestores junto aos seus times.

- O Treinamento de "Administração de Recursos de Terceiros – Foco no Código ANBIMA", para as áreas que atuam diretamente com a referida atividade e para as áreas de *backoffice*, com o objetivo de atualização e melhoria nos processos.



Destaca-se, ainda, a permanência do MB no *Ranking* das “Melhores Empresas para Se Trabalhar” em Minas Gerais, premiação realizada pelo GPTW.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Mercantil do Brasil continua com todos os cuidados com seus colaboradores. Houve continuidade do trabalho no sistema híbrido, presencial e *home office*, mantendo-se o distanciamento social.

- Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)

O Mercantil do Brasil está listado no segmento especial de listagem Nível I da B3 e integra o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3, o que ratifica o seu compromisso com a sustentabilidade corporativa e maiores padrões de governança. É o MB criando mais valor e sustentabilidade para o negócio. Maiores informações estão disponíveis no site: <http://mb.b.br/ri>.

>> Relatório de Sustentabilidade GRI

Em 2022, o MB publicou o Relatório de Sustentabilidade com a metodologia do GRI, destacando suas principais realizações, projetos e o seu compromisso em se tornar cada vez mais transparente, sustentável e alinhado às boas práticas de governança.

- Desenvolvimento Sustentável

O MB é aderente ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o que reforça seu compromisso em contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A agenda que o Banco propõe para alcançar os objetivos de suas diretrizes é ampla e busca favorecer toda a sociedade, já possuindo frentes de atuação alinhadas a esses propósitos.

- Responsabilidade Socioambiental - Atuação Responsável

O Mercantil do Brasil dispõe de Política de Responsabilidade Socioambiental que oficializa o seu compromisso com a atuação responsável voltada para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente. Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil e, também, iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivo fiscais – leis municipais e federais – em diversas frentes culturais e sociais, poderão ser obtidas no site <https://mercantildobrasil.com.br>.

- Gestão do Capital e de Riscos

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 14,54%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal.

Dispõe, também, de Estrutura de Gerenciamento de Riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação de taxa de juros, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes, em conformidade com as normas em vigor. Informações mais detalhadas estão disponíveis nas notas explicativas 22 e 23.



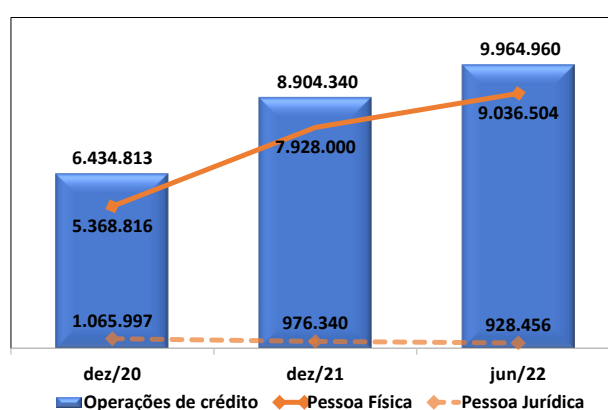
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

>> Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 14,3 bilhões, crescimento de 15,5%. Os ativos circulantes atingiram R\$ 6,8 bilhões, crescimento de 22,7% em relação a dezembro de 2021. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 5,1 bilhões.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 2,2 bilhões. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 1,4 milhão, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito alcançaram R\$ 10 bilhões, apresentando relevante crescimento de 11,9% comparativamente a dezembro de 2021; 32,6% nos últimos doze meses, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 1,1 bilhão no semestre, equivalente ao crescimento de 14,0%; o crescimento nos últimos doze meses foi de R\$ 2,5 bilhões, 38,7%. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 92,8% do total da carteira de crédito (92,0% de dezembro de 2021). A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,7%. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 08.



Captação de Recursos

Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 11,8 bilhões, com crescimento de 17,4% em 2022. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 9,3 bilhões, crescimento de 12,8% no período.

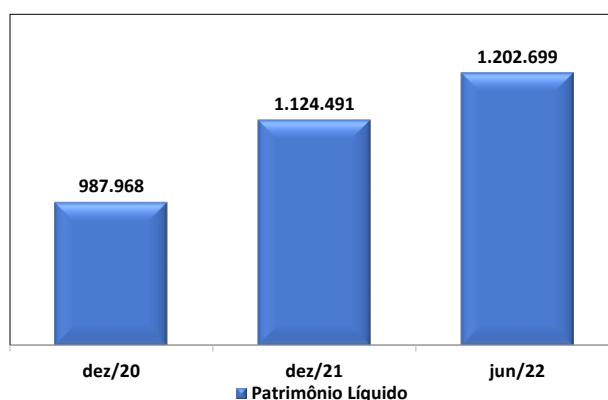
As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 564,0 milhões. Desse total, R\$ 501,7 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 454,7 milhões são elegíveis à composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 47,0 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).

- Patrimônio Líquido, Dividendos e Resultado

O Patrimônio Líquido do MB Múltiplo apresentou novo crescimento, alcançando a marca histórica de R\$ 1,2 bilhão.

No primeiro semestre de 2022, os dividendos somam R\$ 23,5 milhões, equivalentes a R\$ 0,215916 por ação ordinária e R\$ 0,237508 por ação preferencial.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1,7 bilhão (R\$ 1,2 bilhão em junho de 2021). As Receitas de Operações de Crédito e Operações de





Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 32,1% sobre igual período de 2021.

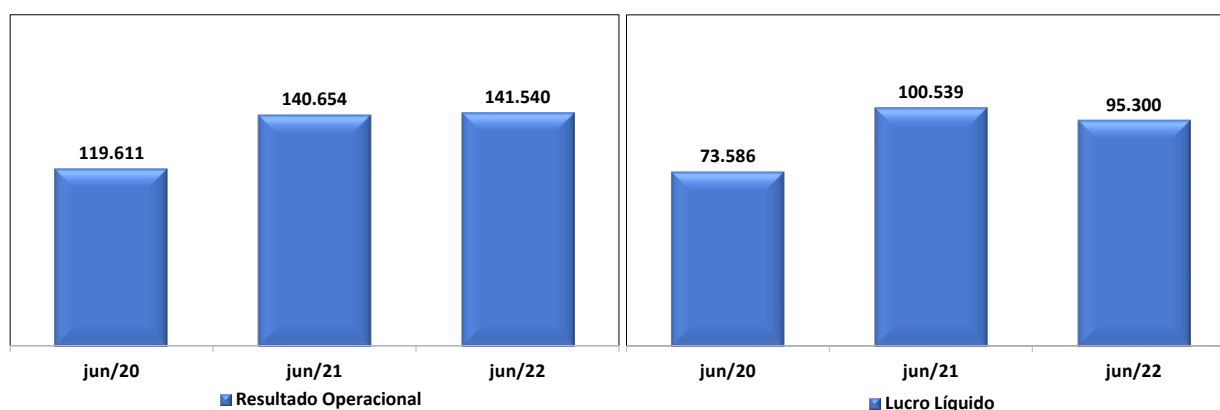
O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, elevou-se a R\$ 1,1 bilhão em junho de 2022, evolução de 10,4%.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 199,5 milhões (R\$ 167,4 milhões em junho de 2021), crescimento de 19,2%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 234,1 milhões (R\$ 227,4 milhões de junho de 2021), evolução nominal de 2,9% nos períodos sob comparação. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 158,3 milhões, crescimento de 4,6%, patamar inferior ao índice de reajuste salarial da categoria no período.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 443,4 milhões (R\$ 440,4 milhões em junho de 2021), evolução nominal de 0,7%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 19.3.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 141,5 milhões, ante R\$ 140,6 milhões de junho de 2021 e o Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 95,3 milhões.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

>> Investimento em controlada

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao período findo em 30/06/2022, comparativas a 31/12/2021. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na nota explicativa nº 24.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, agosto de 2022.

Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em R\$ Mil

	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		1º Semestre	Exercício	1º Semestre	Exercício
		2022	2021	2022	2021
DISPONIBILIDADES		1.155.532	984.730	1.155.540	984.733
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.354.510	9.603.514	11.832.427	10.042.686
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	1.427.483	534.865	1.319.492	409.878
Títulos e Valores Mobiliários	6.	709.029	947.826	935.617	1.167.381
Carteira Própria		558.242	726.674	769.707	936.340
Vinculados ao Banco Central		-	30.242	-	30.242
Vinculados à Prestação de Garantias		150.787	190.910	165.910	200.799
Relações Interfinanceiras		102.496	109.429	102.496	109.429
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		17.549	19	17.549	19
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		84.947	109.410	84.947	109.410
Relações Interdependências		87	894	87	894
Transferências Internas de Recursos		87	894	87	894
Operações de Crédito	8.	8.939.083	7.894.824	9.298.585	8.239.560
Setor Privado		8.577.051	8.061.733	8.943.415	8.415.853
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.4.	824.354	216.211	824.354	216.211
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	8.3.	(462.322)	(383.120)	(469.184)	(392.504)
Outros Créditos		176.332	115.676	176.150	115.544
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	8.	-	24.151	-	24.151
Devedores por Compras de Valores e Bens	8.	55.160	49.632	55.160	49.632
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos	8.	123.519	123.621	123.337	123.489
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3.	(2.347)	(81.728)	(2.347)	(81.728)
ATIVOS FISCAIS	9.	657.479	661.760	695.033	697.507
Correntes	9.1.	129.655	68.764	146.302	84.742
Diferidos	9.2.	527.824	592.996	548.731	612.765
OUTROS ATIVOS		366.336	408.090	413.313	442.258
Outros Valores e Bens		110.043	82.124	113.613	85.623
Material em Estoque		3.722	5.097	3.722	5.097
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	10.1.	76.318	60.552	76.320	60.554
(Provisão para Desvalorizações)	10.1.	(18.941)	(28.143)	(18.943)	(28.145)
Despesas Antecipadas	10.2.	48.944	44.618	52.514	48.117
Outros Créditos		256.293	325.966	299.700	356.635
Câmbio Comprado a Liquidar		-	96.505	-	96.505
Rendas a Receber	10.5.	2.528	22.285	2.045	3.064
Negociação e Intermediação de Valores		378	2.866	560	3.391
Devedores por Depósitos em Garantia	10.3.	134.492	136.385	172.040	172.900
Pagamentos a Ressarcir		577	569	1.623	1.597
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito	10.4.	51.281	51.274	56.684	64.600
Adiantamentos e Antecipações Salariais		6.320	1.065	6.545	1.123
Devedores Diversos	10.6.	49.040	44.808	49.911	45.234
Outros		20.971	19.374	21.892	19.692
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3.	(9.294)	(49.165)	(11.600)	(51.471)
INVESTIMENTOS		599.985	564.407	3.833	2.689
Participações em Controladas - No País	11.	643.624	609.190	-	-
Outros Investimentos		4.395	3.251	5.291	4.094
(Provisões para Perdas)		(48.034)	(48.034)	(1.458)	(1.405)
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	12.	-	-	8.732	8.881
Imóveis para Renda		-	-	9.520	9.547
(Depreciação Acumulada)		-	-	(788)	(666)
IMOBILIZADO	13.	138.932	151.157	149.993	162.891
Imóveis de Uso		18.261	18.261	18.310	18.309
Outras Imobilizações de Uso		328.804	329.616	341.914	342.772
(Depreciação Acumulada)		(208.133)	(196.720)	(210.231)	(198.190)
INTANGÍVEL	14.	89.893	81.720	89.893	81.720
Ativos Intangíveis		209.492	196.129	209.492	196.129
(Amortização Acumulada)		(119.599)	(114.409)	(119.599)	(114.409)
TOTAL DO ATIVO		14.362.667	12.455.378	14.348.764	12.423.365



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em R\$ Mil

	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		1º Semestre	Exercício	1º Semestre	Exercício
		2022	2021	2022	2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.098.464	10.384.195	11.964.533	10.233.617
Depósitos	15.1.	10.412.907	9.377.875	10.274.519	9.231.014
Depósitos à Vista		516.328	484.431	513.369	480.750
Depósitos de Poupança		220.749	226.084	220.749	226.084
Depósitos Interfinanceiros		195.074	245.504	195.074	235.048
Depósitos a Prazo		9.480.756	8.421.856	9.344.320	8.285.956
Outros Depósitos		-	-	1.007	3.176
Captações no Mercado Aberto	5.	63.586	131.958	51.357	106.216
Carteira de Terceiros		63.586	131.958	51.357	106.216
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.2.	109.708	70.004	126.394	92.029
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		109.708	70.004	126.394	92.029
Relações Interfinanceiras		109.383	124.225	109.383	124.225
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		85.889	65.027	85.889	65.027
Obrigações Vinculadas		-	30.180	-	30.180
Correspondentes		23.494	29.018	23.494	29.018
Relações Interdependências		2.959	15.670	2.959	15.670
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.948	15.670	2.948	15.670
Transferências Internas de Recursos		11	-	11	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	8.3.	2.286	2.778	2.286	2.778
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	8.4.	895.902	226.402	895.902	226.402
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	15.3.	501.733	435.283	501.733	435.283
PROVISÕES		244.565	238.249	287.429	280.339
Provisão para Outros Passivos	16.a.	244.565	238.249	287.429	280.339
PASSIVOS FISCAIS		35.965	37.274	48.184	49.811
Correntes		31.075	33.430	38.721	42.334
Diferidos		4.890	3.844	9.463	7.477
OUTROS PASSIVOS		780.974	671.169	798.728	688.130
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		32.297	9.064	32.469	9.091
Obrigações por Compra de Câmbio		-	55.752	-	55.752
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	8.	-	(55.583)	-	(55.583)
Sociais e Estatutárias		43.544	44.342	47.826	49.438
Negociação e Intermediação de Valores		3.595	736	3.961	1.025
Obrigações por Convênios Oficiais	17.1.	251.140	191.242	251.140	191.242
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		11.846	8.962	11.946	9.073
Provisão para Pagamentos a Efetuar		175.966	175.503	183.004	184.148
Credores Diversos - País	17.2.	261.788	239.805	267.619	242.642
Outros		798	1.346	763	1.302
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.	1.202.699	1.124.491	1.249.890	1.171.468
Capital Social	18.1.	597.540	597.540	597.540	597.540
(Ações em Tesouraria)	18.1.	(3.830)	(5.614)	(3.830)	(5.614)
Reservas de Capital	18.2.	43.375	43.375	43.375	43.375
Reservas de Reavaliação		104	108	104	108
Reservas de Lucros	18.2.	478.002	478.082	478.002	478.082
Reserva Legal		87.688	87.688	87.688	87.688
Reservas Estatutárias		390.314	390.394	390.314	390.394
Outros Resultados Abrangentes		15.695	11.000	15.695	11.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		15.695	11.000	15.695	11.000
Lucros Acumulados		71.813	-	71.813	-
Participação dos Não Controladores		-	-	47.191	46.977
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.362.667	12.455.378	14.348.764	12.423.365

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		1º Semestre		1º Semestre	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.691.700	1.201.041	1.729.811	1.229.433
Operações de Crédito	8.2.	1.457.449	1.027.740	1.491.139	1.052.344
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1.	112.629	24.332	117.050	28.120
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.2.	65.725	29.817	65.725	29.817
Resultado de Operações de Câmbio		(3.508)	(1.175)	(3.508)	(1.175)
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.074	1.481	3.074	1.481
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	8.4.	56.331	118.846	56.331	118.846
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(519.689)	(107.037)	(512.503)	(105.755)
Operações de Captação no Mercado	15.4.	(483.159)	(106.787)	(475.948)	(105.406)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(415)	(102)	(415)	(102)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(36.115)	(148)	(36.140)	(247)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.172.011	1.094.004	1.217.308	1.123.678
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8.3.	(134.367)	(138.757)	(136.565)	(144.630)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.037.644	955.247	1.080.743	979.048
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(913.649)	(821.854)	(939.203)	(838.394)
Receitas de Prestação de Serviços	19.1.	139.225	116.747	199.554	167.382
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas		35.173	23.118	95.498	73.750
Rendas de Tarifas Bancárias		104.052	93.629	104.056	93.632
Resultado de Participações em Controladas	11.a.	34.209	32.064	-	-
Equivalência Patrimonial		34.209	32.064	-	-
Despesas de Pessoal	19.2.	(213.861)	(211.401)	(234.061)	(227.418)
Outras Despesas Administrativas	19.3.	(428.755)	(430.359)	(443.375)	(440.370)
Despesas Tributárias	19.4.	(70.160)	(66.796)	(79.848)	(74.524)
Outras Receitas Operacionais	19.5.	48.791	23.232	51.702	25.574
Outras Despesas Operacionais	19.6.	(363.066)	(249.288)	(369.710)	(250.912)
Reversões / (Despesas) de Provisões	16.b.	(60.032)	(36.053)	(63.465)	(38.126)
RESULTADO OPERACIONAL		123.995	133.393	141.540	140.654
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		3.646	(3.361)	3.966	(3.401)
Receitas		6.043	7.034	6.415	7.052
Despesas		(2.397)	(10.395)	(2.449)	(10.453)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		127.641	130.032	145.506	137.253
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.3.	(32.341)	(29.493)	(50.099)	(36.339)
Provisão para Imposto de Renda		23.380	(10.079)	9.576	(14.871)
Provisão para Contribuição Social		15.098	(7.612)	9.703	(9.491)
Ativo Fiscal Diferido	9.2.b.	(70.819)	(11.802)	(69.378)	(11.977)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	(107)	(375)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		95.300	100.539	95.300	100.539

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para os Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	95.300	100.539	95.300	100.539
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	4.695	1.000	4.695	1.000
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	2.331	(401)	2.331	(401)
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	2.327	(405)	3.378	(583)
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP)	1.051	(178)	-	-
Efeito Fiscal	(1.047)	182	(1.047)	182
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	2.364	1.401	2.364	1.401
Ajustes de Avaliação Atuarial	2.364	2.547	2.364	2.547
Efeito Fiscal	-	(1.146)	-	(1.146)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	99.995	101.539	99.995	101.539
Lucro Atribuível ao Controlador	99.995	101.539	99.888	101.164
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	107	375

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS EM 01/01/2022	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas	-	-	-	-	-	(80)	-	-	1.784	1.704	-	1.704
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.695	-	-	4.695	-	4.695
Realização de Reserva	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	95.300	-	95.300	107	95.407
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107	107
Destinações:												
Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(23.491)	-	(23.491)	-	(23.491)
SALDOS EM 30/06/2022	597.540	-	43.375	104	87.688	390.314	15.695	71.813	(3.830)	1.202.699	47.191	1.249.890
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	104.832	(104.832)	-	(4)	-	(80)	4.695	71.813	1.784	78.208	214	78.422
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-	1.000	-	1.000
Realização de Reserva	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	100.539	-	100.539	375	100.914
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(750)	(750)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	5.027	73.487	-	(78.514)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.029)	-	(22.029)	-	(22.029)
SALDOS EM 30/06/2021	492.708	-	43.375	113	83.490	458.131	(10.339)	-	-	1.067.478	45.564	1.113.042
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	-	(4)	5.027	73.487	1.000	-	-	79.510	(375)	79.135

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	127.641	130.032	145.506	137.253
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	166.068	183.586	205.805	224.463
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	65.684	43.063	69.421	45.208
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	(492)	78	(492)	78
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	134.367	138.757	136.565	144.630
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	1.663	9.969	1.663	9.969
Depreciações e Amortizações	33.644	30.253	34.551	30.786
Atualizações Monetárias Ativas	(31.807)	(1.197)	(33.233)	(1.354)
Resultado de Participações em Controladas	(34.209)	(32.064)	-	-
Perda de Ativo Intangível	-	699	-	699
(Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos	(2.861)	(5.972)	(2.861)	(5.975)
Perda de Capital em Controlada	79	-	84	47
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	107	375
Lucro Líquido Ajustado	293.709	313.618	351.311	361.716
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	41.501	84.343	10.992	72.564
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(41.364)	(10.743)	(47.248)	(39.281)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	(7.909)	(16.321)	(7.909)	(16.321)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências	(11.904)	(11.451)	(11.904)	(11.451)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(1.210.896)	(1.205.155)	(1.227.860)	(1.228.624)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(55.583)	(161.172)	(47.767)	(153.985)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(2.953)	4.510	(3.024)	5.254
Aumento (Redução) em Depósitos	1.035.032	705.456	1.043.505	653.223
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(68.372)	(113.536)	(54.859)	(72.745)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	39.704	(21.097)	34.365	(10.635)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	788.791	135.232	786.850	126.260
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	799.756	(296.316)	826.452	(314.025)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.587)	(18.315)	(21.163)	(24.106)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	797.169	(314.631)	805.289	(338.131)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	285.516	98.959	285.516	98.959
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	8.772	33.982	8.772	34.012
Alienação de Imobilizado de Uso	55	19	73	119
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(4.077)	(53.723)	(4.077)	(53.723)
Integralização de Capital em Controlada	-	(4.250)	-	-
Aquisição de Investimentos	(1.144)	(375)	(1.144)	(375)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.030)	(19.927)	(8.133)	(27.926)
Aplicações no Intangível	(21.887)	(11.049)	(21.887)	(11.049)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	20.188	11.979	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	279.393	55.615	259.120	40.017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	55.139	6.500	55.139	6.500
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(28.484)	(41.412)	(29.840)	(43.105)
Ações em Tesouraria Vendidas	1.704	-	1.704	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	28.359	(34.912)	27.003	(36.605)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.104.921	(293.928)	1.091.412	(334.719)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Semestre	1.186.832	1.831.679	1.212.577	1.905.048
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Semestre	2.291.753	1.537.751	2.303.989	1.570.329
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.104.921	(293.928)	1.091.412	(334.719)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2022	2021	2022	2021
1 - RECEITAS	1.329.256	915.171	1.418.484	986.963
Intermediação Financeira	1.691.700	1.201.041	1.729.811	1.229.433
Prestação de Serviços	139.225	116.747	199.554	167.382
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(134.367)	(138.757)	(136.565)	(144.630)
Outras	(367.302)	(263.860)	(374.316)	(265.222)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(519.689)	(107.037)	(512.503)	(105.755)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(345.776)	(359.467)	(357.915)	(367.992)
Materiais, Energia e Outros	(24.334)	(23.820)	(25.267)	(24.439)
Serviços de Terceiros	(194.059)	(227.168)	(198.744)	(230.216)
Outros	(127.383)	(108.479)	(133.904)	(113.337)
Comunicações	(5.138)	(7.335)	(5.346)	(7.525)
Processamento de Dados	(51.210)	(42.395)	(53.101)	(43.871)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(17.813)	(6.236)	(18.776)	(7.644)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.889)	(7.547)	(6.755)	(7.370)
Transportes	(19.978)	(16.677)	(19.998)	(16.780)
Outros	(26.355)	(28.289)	(29.928)	(30.147)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	463.791	448.667	548.066	513.216
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(33.644)	(30.253)	(34.551)	(30.786)
Depreciações e Amortizações	(33.644)	(30.253)	(34.551)	(30.786)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	430.147	418.414	513.515	482.430
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	34.209	32.064	-	-
Resultado de Participações em Controladas	34.209	32.064	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	464.356	450.478	513.515	482.430
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	464.356	450.478	513.515	482.430
Pessoal	183.437	181.223	200.227	194.620
Remuneração Direta	133.705	132.264	148.465	144.177
Benefícios	38.330	38.853	40.041	39.964
FGTS	11.402	10.106	11.721	10.479
Impostos, Taxas e Contribuições	136.284	128.077	166.972	145.304
Federais	126.860	119.007	155.514	131.825
Estaduais	12	807	20	3.622
Municipais	9.412	8.263	11.438	9.857
Remuneração de Capitais de Terceiros	49.335	40.639	50.909	41.592
Aluguéis	49.335	40.639	50.909	41.592
Remuneração de Capitais Próprios	95.300	100.539	95.407	100.914
Dividendos	23.491	-	23.491	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	22.029	-	22.029
Lucros Retidos do Semestre	71.809	78.510	71.809	78.510
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	107	375

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 33 agências e 261 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.864 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21 de manter a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente publica demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 10/08/2022.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas findas em 30 de junho de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:	% – Participação	
	Jun / 2022	Dez / 2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	100,00	100,00

⁽¹⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 11.).

Controladas indiretamente:	% – Participação	
	Jun / 2022	Dez / 2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	100,00	100,00

2.3. Reclassificação de Cifras Comparativas

Foram realizadas reclassificações em junho de 2021 na Demonstração do Resultado do Semestre, conforme segue:

Conta Debitada	Conta Creditada	MB - Múltiplo	MB - Consolidado
Despesas de pessoal	Participações no lucro	16.730	18.600
Reversões / (Despesas) de Provisões	Despesas de pessoal	(26.669)	(26.400)
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	7.702	8.468
Despesas tributárias	Reversões / (Despesas) de Provisões	-	(92)
Reversões / (Despesas) de Provisões	Outras despesas operacionais	(17.086)	(20.102)

MB - Múltiplo

DRE	Original	Reclassificações	Reclassificado
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	955.247	-	955.247
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(805.124)	(16.730)	(821.854)
Receitas de Prestação de Serviços	116.747	-	116.747
Resultado de Participações em Controladas	32.064	-	32.064
Despesas de Pessoal	(221.340)	9.939	(211.401)
Outras Despesas Administrativas	(430.359)	-	(430.359)
Despesas Tributárias	(66.796)	-	(66.796)
Outras Receitas Operacionais	30.934	(7.702)	23.232
Outras Despesas Operacionais	(266.374)	17.086	(249.288)
Reversões / (Despesas) de Provisões	-	(36.053)	(36.053)
RESULTADO OPERACIONAL	150.123	(16.730)	133.393
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.361)	-	(3.361)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	146.762	(16.730)	130.032
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(29.493)	-	(29.493)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(16.730)	16.730	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	100.539	-	100.539

MB - Consolidado

DRE	Original	Reclassificações	Reclassificado
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	979.048	-	979.048
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(819.794)	(18.600)	(838.394)
Receitas de Prestação de Serviços	167.382	-	167.382
Despesas de Pessoal	(235.218)	7.800	(227.418)
Outras Despesas Administrativas	(440.370)	-	(440.370)
Despesas Tributárias	(74.616)	92	(74.524)
Outras Receitas Operacionais	34.042	(8.468)	25.574
Outras Despesas Operacionais	(271.014)	20.102	(250.912)
Reversões / (Despesas) de Provisões	-	(38.126)	(38.126)
RESULTADO OPERACIONAL	159.254	(18.600)	140.654
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.401)	-	(3.401)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	155.853	(18.600)	137.253
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(36.339)	-	(36.339)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(18.600)	18.600	-
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	(375)	-	(375)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	100.539	-	100.539

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A demonstração por segmentos operacionais está apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

- Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,2379 (Em 31 de dezembro de 2021: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- i. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- iii. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 23.c.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas

de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

e) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSLL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22. No segundo semestre de 2021 a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Medida Provisória nº 1.034/21, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os Ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a Terrenos e Empreendimentos constituídos pelo Banco e Controladas e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo em conformidade com o que trata a Resolução CMN nº 4.967/21.

h) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

i) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- i. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- ii. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- iii. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- iv. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

m) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 18.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

n) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

- i. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- ii. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

o) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

p) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A apresentação das informações por segmentos é exigida na mesma base que é utilizada internamente para avaliar o desempenho e decidir como alocar recursos aos segmentos operacionais.

Nesse contexto, o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente, crédito consignado, capital de giro, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, crédito rural e câmbio, perfazendo mais de 75% do lucro, envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.155.533	1.130	(1.123)	1.155.540	984.733
Instrumentos Financeiros	11.817.520	263.663	(248.756)	11.832.427	10.042.686
Ativos Fiscais	688.932	6.101	-	695.033	697.507
Outros Ativos	396.426	16.889	(2)	413.313	442.258
Investimentos	241.634	-	(237.801)	3.833	2.689
Propriedade para Investimento	-	8.732	-	8.732	8.881
Imobilizado	138.933	11.060	-	149.993	162.891
Intangível	89.893	-	-	89.893	81.720
Total do Ativo	14.528.871	307.575	(487.682)	14.348.764	12.423.365
Passivos financeiros	12.167.059	-	(202.526)	11.964.533	10.233.617
Passivos Fiscais	43.096	5.088	-	48.184	49.811
Provisões	275.397	12.032	-	287.429	280.339
Outros Passivos	793.638	5.092	(2)	798.728	688.130
Patrimônio Líquido	1.249.681	285.363	(285.154)	1.249.890	1.171.468
Total do Passivo e Patrimônio	14.528.871	307.575	(487.682)	14.348.764	12.423.365

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

MB – Consolidado	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da Intermediação Financeira	1.729.599	9.850	(9.638)	1.729.811	1.229.433
Despesas da Intermediação Financeira	(522.141)	-	9.638	(512.503)	(105.755)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(136.565)	-	-	(136.565)	(144.630)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.070.893	9.850	-	1.080.743	979.048
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(944.504)	37.896	(32.595)	(939.203)	(838.394)
Receita de Prestação de Serviços	139.499	63.595	(3.540)	199.554	167.382
Resultado Participação em Controladas	32.595	-	(32.595)	-	-
Despesas de Pessoal	(222.101)	(11.960)	-	(234.061)	(227.418)
Outras Despesas Administrativas	(440.251)	(6.766)	3.642	(443.375)	(440.370)
Despesas Tributárias	(71.957)	(7.891)	-	(79.848)	(74.616)
Outras Receitas Operacionais	50.483	1.320	(102)	51.701	25.574
Outras Despesas Operacionais	(369.313)	(396)	-	(369.709)	(250.912)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(63.459)	(6)	-	(63.465)	(38.034)
Resultado Operacional	126.389	47.746	(32.595)	141.540	140.654
Resultado Não Operacional	3.665	301	-	3.966	(3.401)
IR e CS	(34.647)	(15.452)	-	(50.099)	(36.339)
Participação dos Não Controladores	(107)	-	-	(107)	(375)
Lucro Líquido dos Semestres	95.300	32.595	(32.595)	95.300	100.539

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	1.155.532	984.730	1.155.540	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.136.221	202.102	1.148.449	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	1.057.406	196.046	1.069.634	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.815	6.056	78.815	6.056
Total	2.291.753	1.186.832	2.303.989	1.212.577

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto	1.120.992	328.004	1.120.991	328.004
Posição bancada	1.057.406	196.046	1.069.634	221.788
Letras Financeiras do Tesouro	362.457	145.753	367.689	156.707
Letras do Tesouro Nacional	694.949	50.293	701.945	65.081
Posição financiada	63.586	131.958	51.357	106.216
Letras Financeiras do Tesouro	37.535	54.252	32.303	43.298
Letras do Tesouro Nacional	26.051	77.706	19.054	62.918
Aplicações em depósitos interfinanceiros	306.491	206.861	198.501	81.874
Total	1.427.483	534.865	1.319.492	409.878
Circulante	1.277.780	415.881	1.239.910	379.128
Não circulante	149.703	118.984	79.582	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

MB – Múltiplo

Composição	Jun / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	699.558	709.029	940.679	947.826
CIP	225	10.468	225	9.259
Letras Financeiras do Tesouro	697.958	697.186	939.035	937.148
Debêntures	1.375	1.375	1.419	1.419
Total Geral	699.558	709.029	940.679	947.826
Total Contábil	-	709.029	-	947.826
Circulante	-	75.358	-	348.539
Não circulante	-	633.671	-	599.287

MB – Consolidado

Descrição	Jun / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	907.858	934.216	1.150.264	1.165.455
CIP	225	10.468	225	9.259
Cotas de Fundos de Investimento	9.537	9.539	16.984	16.984
Cotas de Fundos em Participações	5.370	5.370	5.456	5.456
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	5.012	11.760	4.882	4.882
Cotas de Fundo Imobiliário	26.365	36.423	27.555	35.602
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	12.398	12.398	15.878	15.878
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	108.697	108.775	90.706	90.706
Certificado de Recebíveis Imobiliários	29.784	29.785	30.302	30.301
Letras Financeiras do Tesouro	701.391	700.619	946.067	944.178
Debêntures	9.079	9.079	12.209	12.209
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.401	1.401	1.926	1.926
Fundo de investimentos em direitos creditórios	1.401	1.401	1.926	1.926
Total Geral	909.259	935.617	1.152.190	1.167.381
Total Contábil	-	935.617	-	1.167.381
Circulante	-	133.296	-	410.386
Não circulante	-	802.321	-	756.995

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB– Múltiplo

Títulos / Vencimentos	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 5 a 10 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda	75.358	370.124	117.800	135.279	10.468	709.029
Cotas de capital da Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP	-	-	-	-	10.468	10.468
Letras Financeiras do Tesouro	75.317	368.790	117.800	135.279	-	697.186
Debêntures	41	1.334	-	-	-	1.375
Total em 30/06/2022	75.358	370.124	117.800	135.279	10.468	709.029
Total em 31/12/2021	348.539	350.866	183.710	55.452	9.259	947.826

MB– Consolidado

Títulos / Vencimentos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda	118.387	7.350	430.184	125.807	163.235	15.693	73.560	934.216
Cotas de capital da Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP	-	-	-	-	-	-	10.468	10.468
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-	9.539	9.539
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	-	-	5.370	5.370
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	-	-	11.760	11.760
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	-	-	36.423	36.423
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	6.496	5.902	-	-	-	-	-	12.398
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	22.517	-	53.538	8.007	24.713	-	-	108.775
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.327	-	6.522	-	3.243	15.693	-	29.785
Letras Financeiras do Tesouro	78.750	-	368.790	117.800	135.279	-	-	700.619
Debêntures	6.297	1.448	1.334	-	-	-	-	9.079
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	1.401	-	-	-	-	-	1.401
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	1.401	-	-	-	-	-	1.401
Total em 30/06/2022	118.387	8.751	430.184	125.807	163.235	15.693	73.560	935.617
Total em 31/12/2021	387.946	4.491	415.840	5.100	210.366	111.939	31.699	1.167.381

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 30 de junho de 2022, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 8.346 (R\$ 8.346 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 8.424 (R\$ 8.510 em dezembro de 2021).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 150.788 (R\$ 190.910 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 165.910 (R\$ 200.799 em dezembro de 2021), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, se houver, são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

6.1. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e valores mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.171	14.169	66.163	14.157
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	59.472	13.976	59.472	13.976
Posição bancada	53.319	11.753	53.319	11.753
Posição financiada	6.153	2.223	6.153	2.223
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.699	193	6.691	181
Rendas Títulos e valores mobiliários	38.458	10.163	50.887	13.963
Rendas de títulos de renda fixa	38.664	10.153	52.161	14.222
Rendas de outros títulos e valores mobiliários	(206)	10	(1.274)	(259)
Total	112.629	24.332	117.050	28.120

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

7.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Conta de Compensação	Valor de Referência		Valor Justo	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Contrato de Futuro – Dólar ^(I)				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.791	121.326	1.785	123.834
Contrato de Futuro – DI ^(II)				
Posição passiva Taxa de Juros	1.132.685	540.453	1.129.125	540.147
Contrato de Futuro – Mini-Índice ^(III)				
Posição ativa– Ibovespa	938	466	927	468
Contrato de Futuro – DAP ^(IV)				
Posição passiva – Taxa de Juros	372.802	9.198	373.162	9.213

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

^(III) A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(IV) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – Dólar		1.791	-	-	1.791
Contrato de Futuro – DI	B3	-	-	1.132.685	1.132.685
Contrato de Futuro – Mini-Índice		938	-	-	938
Contrato de Futuro – IPCA(DAP)		-	324.529	48.273	372.802
Total em 30/06/2022		2.729	324.529	1.180.958	1.508.216
Total em 31/12/2021		121.792	-	549.651	671.443

7.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	13.045	(8.080)	4.965
Contrato de Futuro – DI	231.112	(168.848)	62.264
Contrato de Futuro – Mini-Índice	453	(572)	(119)
Contrato de Futuro – DAP	12.625	(14.010)	(1.385)
Total em 30/06/2022	257.235	(191.510)	65.725
Total em 30/06/2021	151.766	(121.949)	29.817

7.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

A efetividade das operações de *Hedge Accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	1.138.190	559.048	1.119.496	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(1.119.488)	(539.621)	(1.119.488)	(539.621)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Operações de crédito	9.420.099	8.297.365	9.786.463	8.651.485
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	55.160	49.632	55.160	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	123.519	123.621	123.337	123.489
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583	-	55.583
Subtotal	9.598.778	8.550.352	9.964.960	8.904.340
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	(18.694)	(19.421)	(18.694)	(19.421)
Total	9.580.084	8.530.931	9.946.266	8.884.919
Circulante	4.054.194	3.528.526	4.182.250	3.667.420
Não circulante	5.525.890	5.002.405	5.764.016	5.217.499

8.1. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

MB – Múltiplo

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Jun / 2022	Dez / 2021
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.420.508	30.559	14.263	14.548	16.096	18.833	15.115	121.637	1.651.559	1.583.125
Crédito Consignado INSS	133	4.777.883	13.782	16.491	18.013	12.780	9.171	6.877	57.295	4.912.425	4.805.355
Empréstimo FGTS	1.117.312	1.500	37	53	48	-	16	-	231	1.119.197	219.412
Capital de Giro	135.693	223.012	38.152	23.904	34.524	4.534	34.350	3.912	1.388	499.469	500.539
Crédito Rural	14.259	3.195	62	-	-	-	-	54	-	17.570	71.394
Renegociação	-	-	-	-	112.136	21.539	24.069	12.656	90.916	261.316	148.249
Cartão de Crédito Consignado	-	262.591	490	281	335	309	499	345	5.183	270.033	263.357
Crédito Consignado Público	-	352.421	4.118	2.267	1.663	2.272	1.083	1.209	3.758	368.791	391.320
Cheque Empresa	524	4.203	10.378	95	1.640	205	63	29	1.461	18.598	12.430
Cheque Especial	16	66.098	2.218	1.715	1.383	1.184	1.132	836	10.643	85.225	69.329
Conta Garantida	1.030	4.944	7.139	2.603	2.754	818	-	-	-	19.288	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.412	243	44.177	-	836	-	-	-	-	46.668	47.033
Cartão de Crédito	1.215	75.513	6.226	1.790	1.377	763	692	622	4.336	92.534	90.592
Crédito Pessoal	78.425	39.953	30.172	923	215	182	89	60	601	150.620	168.630
Outros	89	48.806	822	10.718	4.100	18	34	19.970	928	85.485	80.474
Total geral	1.350.108	7.280.870	188.332	75.103	193.572	60.700	90.031	61.685	298.377	9.598.778	8.550.352
PCLD	-	36.394	1.883	2.253	19.357	18.210	45.015	43.180	298.377	464.669	464.848

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Jun / 2022	Dez / 2021
Credito Pessoal INSS Débito em											
Conta	-	1.420.508	30.559	14.263	14.548	16.096	18.833	15.115	121.637	1.651.559	1.583.125
Crédito Consignado INSS	133	4.840.705	18.853	16.880	18.153	12.856	9.259	7.029	58.300	4.982.168	4.845.430
Empréstimo FGTS	1.117.312	1.500	37	53	48	-	16	-	231	1.119.197	219.412
Capital de Giro	209.371	239.021	38.152	23.904	34.524	4.534	34.350	3.912	1.388	589.156	625.077
Crédito Consignado Público	-	533.497	9.633	4.113	5.788	3.249	2.093	1.793	5.210	565.376	573.474
Renegociação	-	-	-	-	112.199	21.558	24.081	12.667	90.933	261.438	148.431
Crédito Rural	14.259	3.195	62	-	-	-	-	54	-	17.570	71.394
Cartão de Crédito Consignado	-	262.591	490	281	335	309	499	345	5.183	270.033	263.357
Cheque Empresa	524	4.203	10.378	95	1.640	205	63	29	1.461	18.598	12.430
Cheque Especial	16	66.098	2.218	1.715	1.383	1.184	1.132	836	10.643	85.225	69.329
Conta Garantida	1.030	4.944	7.139	2.603	2.754	818	-	-	-	19.288	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.412	243	44.177	-	836	-	-	-	-	46.668	47.033
Cartão de Crédito	1.215	75.513	6.226	1.790	1.377	763	692	622	4.336	92.534	90.592
Crédito Pessoal	78.425	39.953	30.172	923	215	182	89	60	601	150.620	168.630
Financiamento Veículos - CDC	3.584	1.145	3.349	14	34	-	2.080	-	-	10.206	7.172
Outros	88	48.640	822	10.719	4.101	20	35	19.968	931	85.324	80.341
Total geral	1.427.369	7.541.756	202.267	77.353	197.935	61.774	93.222	62.430	300.854	9.964.960	8.904.340
PCLD	-	37.698	2.022	2.321	19.793	18.532	46.610	43.701	300.854	471.531	474.232

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Múltiplo	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	1.350.108	7.278.265	133.388	13.532	127.773	27.395	40.862	5.248	94.565	9.071.136	94,50
	01 a 30 dias	52.221	505.841	13.530	3.225	9.163	1.488	354	305	1.618	587.745	6,12
	31 a 60 dias	53.041	322.096	3.501	389	8.135	920	348	266	1.675	390.371	4,07
	61 a 90 dias	50.135	297.769	6.235	512	1.615	2.164	33.111	314	6.306	398.161	4,15
	91 a 180 dias	164.180	756.593	4.884	802	5.460	2.466	1.916	884	67.988	1.005.173	10,47
	181 a 360 dias	240.977	1.086.422	10.354	1.568	7.005	5.114	1.089	1.330	7.669	1.361.528	14,18
	Acima de 360 dias	789.554	4.309.544	94.884	7.036	96.395	15.243	4.044	2.149	9.309	5.328.158	55,51
	Vencidas até 14 dias	-	2.605	89	189	491	57	28	20	290	3.769	0,04
	Total em 30/06/2022	1.350.108	7.280.870	133.477	13.721	128.264	27.452	40.890	5.268	94.855	9.074.905	94,54
	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	135.870	16.626	129.176	30.749	49.590	13.097	87.845	8.026.740	93,88
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	46.404	53.207	54.667	23.706	36.037	44.594	107.296	365.911	3,81
	01 a 30 dias	-	-	3.999	2.193	2.055	1.135	1.485	1.544	5.995	18.406	0,19
	31 a 60 dias	-	-	3.452	2.036	1.778	1.037	1.369	1.254	5.453	16.379	0,17
	61 a 90 dias	-	-	3.070	1.894	1.670	956	1.278	1.238	5.146	15.252	0,16
	91 a 180 dias	-	-	7.461	5.060	4.060	2.475	3.445	3.303	13.625	39.429	0,41
	181 a 360 dias	-	-	9.964	8.006	11.896	3.715	5.802	5.702	18.859	63.944	0,67
	Acima de 360 dias	-	-	18.458	34.018	33.208	14.388	22.658	31.553	58.218	212.501	2,21
	Parcelas vencidas	-	-	8.451	8.175	10.641	9.542	13.104	11.823	96.226	157.962	1,65
	01 a 14 dias	-	-	-	199	660	18	333	281	293	1.784	0,02
	15 a 30 dias	-	-	8.134	2.149	1.715	1.301	1.389	1.029	7.180	22.897	0,24
	31 a 60 dias	-	-	317	5.048	2.592	1.582	2.199	1.536	8.361	21.635	0,23
	61 a 90 dias	-	-	-	534	4.205	1.888	2.270	1.689	10.121	20.707	0,22
	91 a 180 dias	-	-	-	245	1.469	4.197	5.718	5.564	32.441	49.634	0,52
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	556	1.195	1.724	36.894	40.369	0,41
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	936	936	0,01
	Total em 30/06/2022	-	-	54.855	61.382	65.308	33.248	49.141	56.417	203.522	523.873	5,46
Total em 31/12/2021	-	-	66.136	72.121	46.230	36.773	47.145	49.190	206.017	523.612	6,12	
Tota	Total em 30/06/2022	1.350.108	7.280.870	188.332	75.103	193.572	60.700	90.031	61.685	298.377	9.598.778	100,00
	- Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	1.427.369	7.539.090	137.039	13.532	127.836	27.395	40.875	5.275	94.622	9.413.033	94,46
	01 a 30 dias	53.575	511.669	13.627	3.225	9.167	1.488	355	305	1.620	595.031	5,97
	31 a 60 dias	56.372	329.708	3.600	389	8.138	920	349	267	1.677	401.420	4,03
	61 a 90 dias	52.752	308.032	6.333	512	1.619	2.164	33.111	314	6.307	411.144	4,13
	91 a 180 dias	172.692	778.444	5.168	802	5.470	2.466	1.918	886	67.993	1.035.839	10,39
	181 a 360 dias	255.621	1.125.473	10.879	1.568	7.020	5.114	1.092	1.333	7.678	1.415.778	14,21
	Acima de 360 dias	836.357	4.485.764	97.432	7.036	96.422	15.243	4.050	2.170	9.347	5.553.821	55,73
	Vencidas até 14 dias	-	2.666	89	189	491	57	28	20	290	3.830	0,04
	Total em 30/06/2022	1.427.369	7.541.756	137.128	13.721	128.327	27.452	40.903	5.295	94.912	9.416.863	94,50
Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	139.914	16.682	129.239	30.749	50.694	13.137	87.875	8.346.892	93,75	
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	56.178	55.289	58.574	24.631	38.814	45.129	108.957	387.572	3,88
	01 a 30 dias	-	-	4.499	2.258	2.137	1.158	1.572	1.559	6.075	19.258	0,19
	31 a 60 dias	-	-	3.969	2.108	1.879	1.061	1.462	1.271	5.536	17.286	0,17
	61 a 90 dias	-	-	3.570	1.964	1.766	980	1.370	1.255	5.228	16.133	0,16
	91 a 180 dias	-	-	8.855	5.258	4.343	2.543	3.709	3.352	13.846	41.906	0,42
	181 a 360 dias	-	-	12.184	8.352	12.395	3.838	6.264	5.789	19.223	68.045	0,68
	Acima de 360 dias	-	-	23.101	35.349	36.054	15.051	24.437	31.903	59.049	224.944	2,26
	Parcelas vencidas	-	-	8.961	8.343	11.034	9.691	13.505	12.006	96.985	160.525	1,62
	01 a 14 dias	-	-	-	199	665	18	366	281	293	1.822	0,02
	15 a 30 dias	-	-	8.626	2.228	1.811	1.327	1.453	1.047	7.267	23.759	0,24
	31 a 60 dias	-	-	335	5.117	2.692	1.608	2.297	1.555	8.440	22.044	0,22
	61 a 90 dias	-	-	-	552	4.298	1.913	2.367	1.709	10.199	21.038	0,21
	91 a 180 dias	-	-	-	247	1.568	4.259	5.791	5.625	32.648	50.138	0,50
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	566	1.231	1.789	37.152	40.738	0,42
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	986	986	0,01
	Total em 30/06/2022	-	-	65.139	63.632	69.608	34.322	52.319	57.135	205.942	548.097	5,50
	Total em 31/12/2021	-	-	82.892	77.631	48.614	38.248	49.117	49.884	211.062	557.448	6,25
Total	Total em 30/06/2022	1.427.369	7.541.756	202.267	77.353	197.935	61.774	93.222	62.430	300.854	9.964.960	100,00
	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Jun / 2022	%	Dez / 2021	%	Jun / 2022	%	Dez / 2021	%
Pessoa Física	8.769.778	91,36	7.704.979	90,11	9.036.504	90,68	7.928.000	89,04
Pessoa Jurídica	829.000	8,64	845.373	9,89	928.456	9,32	976.340	10,96
Industria	376.788	3,93	395.314	4,62	389.944	3,91	440.059	4,94
Comércio	20.751	0,22	26.458	0,31	30.941	0,31	39.623	0,44
Serviços	431.461	4,49	423.601	4,96	507.571	5,10	496.658	5,58
Total geral	9.598.778	100,00	8.550.352	100,00	9.964.960	100,00	8.904.340	100,00

d) Concentração da carteira de crédito

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Jun / 2022	%	Dez / 2021	%	Jun / 2022	%	Dez / 2021	%
10 Maiores Devedores	428.783	4,47	473.870	4,95	460.559	4,62	511.337	5,14
50 Maiores Devedores	852.504	8,88	954.478	9,96	926.993	9,30	1.065.593	10,71
100 Maiores Devedores	974.357	10,15	1.105.144	11,54	1.059.502	10,63	1.227.925	12,35

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que representam 0,12% do total da carteira de operação de crédito (MB Consolidado 0,12%), sendo o valor do principal de R\$ 11.610 e dos juros de R\$ 54, totalizando R\$ 11.664. Em dezembro de 2021, o valor do principal era R\$ 14.777 e dos juros de R\$ 26, totalizando R\$ 14.803.

8.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Rendas de empréstimos e títulos descontados	1.420.011	965.125	1.451.099	988.264
Rendas de financiamentos	1.719	1.824	2.424	2.220
Rendas de financiamentos rurais	2.310	11.951	2.310	11.950
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	33.409	48.840	35.306	49.910
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	56.331	118.846	56.331	118.846
Total	1.513.780	1.146.586	1.547.470	1.171.190

8.3. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	464.848	455.253	474.232	463.853
Constituição de provisão	429.920	576.129	437.004	590.207
Reversão de provisão	(295.553)	(241.369)	(300.439)	(246.510)
Efeito no resultado	134.367	334.760	136.565	343.697
Baixa	(175.317)	(325.165)	(180.037)	(333.318)
Entrada por transferência	40.771	-	40.771	-
Saldos no final dos períodos	464.669	464.848	471.531	474.232
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	49.165	8.394	51.471	10.394
Constituição de provisão	-	40.771	-	41.771
Efeito no resultado	-	40.771	-	41.771
Entrada por transferência	900	-	900	-
Saída por transferência	(40.771)	-	(40.771)	(694)
Saldos no final dos períodos	9.294	49.165	11.600	51.471
Total	473.963	514.013	483.131	525.703
Circulante	201.068	204.539	204.280	208.731
Não circulante	272.895	309.474	278.851	316.972

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Jun / 2022	Dez / 2021
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	233	236
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	930	1.457
Outras fianças bancárias	1.075	1.037
Total - Circulante	2.286	2.778

8.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No período, o MB realizou operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios conforme segue:

Descrição	Jun / 2022			Jun / 2021		
	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	404.638	348.307	56.331	665.046	546.200	118.846

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

Em junho de 2022 e dezembro de 2021, no individual e consolidado, referidas posições estavam representadas a valor presente conforme abaixo.

Saldos	Jun/ 2022		Dez / 2021	
	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas
Crédito Consignado INSS	824.354	895.902	216.211	226.402
Circulante	222.542	227.131	55.928	56.620
Não circulante	601.812	668.771	160.283	169.782

9. ATIVOS FISCAIS

9.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	8.133	7.972	8.133	7.972
IRPJ - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	58.449	13.533	65.004	20.088
CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	26.209	7.771	29.784	11.326
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	427	-	2.724	3.730
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.099	762	2.335	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	35.135	34.461	36.300	35.245
INSS	-	3.640	12	3.653
Outros	203	625	2.010	1.167
Total	129.655	68.764	146.302	84.742
Circulante	36.234	35.223	40.006	38.753
Não circulante	93.421	33.541	106.296	45.989

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a

recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 192.094, MB consolidado R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 10.2.).

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado.

Em setembro de 2021, a não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito. O ativo advindo desta discussão foi reconhecido contabilmente, nos termos do ICPC 22 e Circular IBRACON 09/2021.

No período, em decorrência do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS, o Banco reconheceu Impostos a Compensar no montante de R\$ 34.744 (R\$ 34.646 no consolidado), decorrentes da reclassificação dos créditos tributários (vide nota nº 9.2.), bem como da atualização monetária realizada no período no montante de R\$ 28.611 (R\$ 28.727 no consolidado) (vide nota nº 19.5.).

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Créditos a recuperar “*sub judice*”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 16.410 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

9.2. Diferidos - Créditos Tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Base de Cálculo - Imposto de Renda	1.137.874	1.300.750	1.188.582	1.347.222
Prejuízo fiscal	142.602	243.375	160.908	258.788
Diferenças temporárias	995.272	1.057.375	1.027.674	1.088.434
Total do efeito do Imposto de Renda	284.469	325.188	297.146	336.806
Base de Cálculo - Contribuição Social	1.154.839	1.315.290	1.207.225	1.363.439
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	23.851	23.745
Diferenças temporárias à alíquota de 16%	-	-	2.774	-
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	796.239	1.057.375	802.016	1.064.688
Diferenças temporárias à alíquota de 21%	199.033	-	199.033	-
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	19.984	17.091
Base negativa à alíquota de 20%	159.567	257.915	159.567	257.915
Efeito da CSL	232.958	263.058	240.927	270.645
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	10.397	4.750	10.658	5.314
Total do efeito da Contribuição Social	243.355	267.808	251.585	275.959
Total – Não Circulante	527.824	592.996	548.731	612.765

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2021	264.344	60.844	-	272.108	64.698	-
Constituição	120.989	-	-	122.986	688	-
Realização	(136.515)	(733)	-	(138.176)	(733)	-
Reclassificação	-	(24.460)	-	-	(24.425)	-
Efeito no resultado	(15.526)	(25.193)	-	(15.190)	(24.470)	-
Saldos em 30/06/2022	248.818	35.651	-	256.918	40.228	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2021	211.475	51.583	4.750	216.500	54.145	5.314
Constituição	98.782	-	-	99.828	413	-
Realização	(109.212)	(270)	(189)	(110.310)	(270)	(500)
Reclassificação	-	(19.400)	5.836	-	(19.379)	5.844
Efeito no resultado	(10.430)	(19.670)	-	(10.482)	(19.236)	-
Saldos em 30/06/2022	201.045	31.913	10.397	206.018	34.909	10.658
Total		527.824			548.731	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 102.875 (R\$ 100.564 em dezembro de 2021) e no consolidado em R\$ 110.175 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2026.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

MB – Múltiplo

Exercícios	Realização do Crédito Tributário					
	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2022	Dez / 2021
2022	69.078	56.756	734	57.490	126.568	207.777
2023	102.594	81.224	3.827	85.051	187.645	95.403
2024	18.408	13.848	-	13.848	32.256	61.430
2025	14.672	10.832	-	10.832	25.504	20.420
2026	77.560	68.886	-	68.886	146.446	15.624
2027 a 2029	2.157	1.412	5.836	7.248	9.405	190.227
2030 a 2031	-	-	-	-	-	2.115
Total	284.469	232.958	10.397	243.355	527.824	592.996
Valor Presente	225.120		190.654		415.774	469.870

MB – Consolidado

Exercícios	Realização do Crédito Tributário					
	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2022	Dez / 2021
2022	70.907	57.866	845	58.711	129.618	211.326
2023	106.585	83.551	3.827	87.378	193.963	99.618
2024	19.933	14.774	0	14.774	34.707	62.984
2025	14.672	11.146	0	11.146	25.818	21.896
2026	82.892	72.178	0	72.178	155.070	24.216
2027 a 2029	2.157	1.412	5.986	7.398	9.555	192.725
Total	297.146	240.927	10.658	251.585	548.731	612.765
Valor Presente	234.662		196.801		431.463	485.272

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021, revisados em junho de 2022 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No primeiro semestre de 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco transferiu os créditos tributários registrados no montante de R\$ 38.024 (Consolidado R\$ 37.960) (vide nota nº 9.1.).

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Resultado antes dos impostos	127.641	130.032	145.506	137.253
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(5.859)	(39.202)
Base de cálculo	127.641	130.032	139.647	98.051
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(57.438)	(58.514)	(62.841)	(44.123)
Ajustes à despesa nominal	24.871	28.470	13.680	13.248
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	226	551	228	560
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(1.166)	(6.024)
Despesa com IRPJ e CSL	(32.341)	(29.493)	(50.099)	(36.339)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

10. OUTROS ATIVOS

10.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

MB – Múltiplo

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	315	60.552
Adições	32.270	-	32.270
(-) Baixas	(16.489)	(15)	(16.504)
Subtotal em 30/06/2022	76.018	300	76.318
(-) Provisão (<i>impairment</i>) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(28.143)
(-) Adições	(2.007)	-	(2.007)
Baixas	11.209	-	11.209
(-) Subtotal em 30/06/2022	(18.926)	(15)	(18.941)
Saldo Líquido em 30/06/2022	57.092	285	57.377

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	315	2	60.554
Adições	32.270	-	-	32.270
(-) Baixas	(16.489)	(15)	-	(16.504)
Subtotal em 30/06/2022	76.018	300	2	76.320
(-) Provisão (<i>impairment</i>) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(2)	(28.145)
(-) Adições	(2.007)	-	-	(2.007)
Baixas	11.209	-	-	11.209
(-) Subtotal em 30/06/2022	(18.926)	(15)	(2)	(18.943)
Saldo Líquido em 30/06/2022	57.092	285	-	57.377

10.2. Despesas antecipadas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱ⁾	27.846	35.653	30.926	38.905
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱ⁾	21.098	8.965	21.588	9.212
Total	48.944	44.618	52.514	48.117
Circulante	32.205	24.372	34.349	26.297
Não circulante	16.739	20.246	18.165	21.820

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10.3. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Depósitos recursais trabalhistas	41.373	18.016	42.639	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	17.110	45.690	17.326	45.882
Depósitos judiciais fiscais	60.165	58.740	93.834	91.532
Depósitos de ações cíveis	15.844	13.939	18.241	16.214
Total – Não circulante	134.492	136.385	172.040	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 16.a).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Créditos a receber	-	-	3.657	4.881
Precatórios	10.032	10.964	11.337	18.970
Direitos creditórios	35.157	35.157	35.157	35.157
Títulos de capitalização	5.084	5.085	5.486	5.485
Outros	1.008	68	1.047	107
Total	51.281	51.274	56.684	64.600
Circulante	10.394	10.464	13.086	13.042
Não circulante	40.887	40.810	43.598	51.558

Os Títulos e Créditos a Receber registraram provisão no montante de R\$ 9.294 (R\$ 8.394 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 11.600 (R\$ 10.700 em dezembro de 2021).

10.5. Rendas a receber

No exercício de 2021, refere-se, basicamente, aos Dividendos a Receber decorrente da participação em Coligadas no montante de R\$ 20.188.

10.6. Devedores diversos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Empréstimos consignados a processar ⁽¹⁾	1.237	1.245	1.340	1.347
Cartão de Crédito ^(II)	42.921	38.954	42.921	38.954
Outros	4.882	4.609	5.650	4.933
Total - Circulante	49.040	44.808	49.911	45.234

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

^(II) Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	MBIA (1)	MBF (2)	BMI (3)	MBC (4)	MBD (5)	BEM AQUI (6)	MBMEI (7)	DOMO (8)	Jun / 2022	Dez / 2021
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	48.338	43.000	5.000	362.561	362.561
Patrimônio líquido	30.437	255.803	132.406	20.890	4.346	167.193	79.018	811	690.904	674.834
Total de ações	34.044	15.480	4.416	166.902	25	14.648	43.000	4.250	-	-
Ações ON	34.044	9.673	4.031	141.341	25	14.648	43.000	4.250	-	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	-	-
Lucro / (Prejuízo) societário do semestre	(142)	(1.327)	3.459	(621)	17	28.786	5.970	(2.144)	33.998	85.643
Integralização de Capital em Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.250
Ajuste de variação patrimonial	-	-	1.050	-	-	-	-	-	1.050	1.029
Resultado de participações em controladas	(142)	(1.139)	3.161	(621)	17	28.786	5.970	(1.823)	34.209	83.073
(-) Dividendos/JCP distribuídos	-	-	(747)	-	-	-	-	-	(747)	(22.329)
Ganho / (Perda) de capital	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)	-
Valor dos investimentos	30.437	219.863	121.191	20.888	4.345	167.193	79.018	689	643.624	609.190
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.			(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.							
(2) Mercantil do Brasil Financeira S.A.			(6) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.							
(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.			(7) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.							
(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.			(8) Domo Digital Tecnologia S.A.							

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no exercício.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Movimentação das propriedades para investimento, líquidos da depreciação:

MB – Consolidado	Terrenos	Edificações	Total
Subtotal em 31/12/2021	3.000	6.547	9.547
(-) Baixa	(13)	(14)	(27)
Subtotal em 30/06/2022	2.987	6.533	9.520
(-) Depreciação em 31/12/2021	-	(666)	(666)
(-) Depreciação no período	-	(131)	(131)
(-) Baixa	-	9	9
(-) Subtotal em 30/06/2022	-	(788)	(788)
Saldo Líquido em 30/06/2022	2.987	5.745	8.732

⁽¹⁾ O valor justo dos bens monta a R\$ 53.846 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

13. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Imobilizado em 31/12/2021	157.738	109.037	76.625	4.477	347.877
Adições	1.283	424	727	5.596	8.030
Entradas por transferências	2.041	233	53	-	2.327
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(2.094)	(2.327)
(-) Baixa	(614)	(7.858)	(370)	-	(8.842)
Subtotal	160.448	101.603	77.035	7.979	347.065
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.491)	(56.053)	(49.139)	(37)	(196.720)
(-) Depreciação no período	(11.319)	(5.684)	(2.927)	-	(19.930)
Baixa	603	7.571	343	-	8.517
(-) Subtotal	(102.207)	(54.166)	(51.723)	(37)	(208.133)
Saldo Líquido em 30/06/2022	58.241	47.437	25.312	7.942	138.932

MB – Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	79.050	5.413	361.081
Adições	1.283	512	811	5.596	8.202
Entradas por transferências	2.041	233	54	-	2.328
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(2.095)	(2.328)
(-) Baixa	(720)	(7.888)	(451)	-	(9.059)
Subtotal	160.932	110.914	79.464	8.914	360.224
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(49.334)	(43)	(198.190)
(-) Depreciação no período	(11.368)	(5.972)	(3.360)	(5)	(20.705)
Baixa	708	7.571	385	-	8.664
(-) Subtotal	(102.333)	(55.541)	(52.309)	(48)	(210.231)
Saldo Líquido em 30/06/2022	58.599	55.373	27.155	8.866	149.993

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 104 (R\$ 108 em dezembro de 2021).

14. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, no individual e consolidado, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	13.505	302	-	8.081	21.888
(-) Baixas	(2.113)	(5.912)	-	(500)	(8.525)
Subtotal	177.882	10.770	7	20.833	209.492
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(9.678)	(1.375)	(2)	(2.660)	(13.715)
Baixas	2.113	5.912	-	500	8.525
(-) Subtotal	(108.901)	(5.973)	(2)	(4.723)	(119.599)
Saldo Líquido em 30/06/2022	68.981	4.797	5	16.110	89.893

15. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Depósitos

MB – Múltiplo

Depósitos	Vencimento						Jun / 2022	Dez / 2021
	Indetermi- nado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
À Vista	516.328	-	-	-	-	-	516.328	484.431
Poupança	220.749	-	-	-	-	-	220.749	226.084
Interfinanceiros	-	89.746	-	-	89.116	16.212	195.074	245.504
A Prazo	668	363.760	660.310	569.039	1.377.092	6.509.887	9.480.756	8.421.856
Total em 30/06/2022	737.745	453.506	660.310	569.039	1.466.208	6.526.099	10.412.907	9.377.875

MB – Consolidado

Depósitos	Vencimento						Jun / 2022	Dez / 2021
	Indetermi- nado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
À Vista	513.369	-	-	-	-	-	513.369	480.750
Poupança	220.749	-	-	-	-	-	220.749	226.084
Interfinanceiros	-	89.746	-	-	89.116	16.212	195.074	235.048
A Prazo	668	361.861	648.784	569.039	1.388.052	6.375.916	9.344.320	8.285.956
Outros	1.007	-	-	-	-	-	1.007	3.176
Total em 30/06/2022	735.793	451.607	648.784	569.039	1.477.168	6.392.128	10.274.519	9.231.014

15.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo

Descrição	Vencimento					Jun / 2022	Dez / 2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	3.473	14.167	27.143	2.655	-	47.438	66.573
Letras Financeiras	1.509	113	296	-	60.352	62.270	3.431
Total em 30/06/2022	4.982	14.280	27.439	2.655	60.352	109.708	70.004

MB – Consolidado

Depósitos	Vencimento					Jun / 2022	Dez / 2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	4.336	14.193	27.143	9.806	-	55.478	75.854
LCI	-	-	8.083	563	-	8.646	12.744
Letras Financeiras	1.509	113	296	-	60.352	62.270	3.431
Total em 30/06/2022	5.845	14.306	35.522	10.369	60.352	126.394	92.029

15.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Jun / 2022	Dez / 2021
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II(I)	2016	2023	88.388	92.204	91.027
	2017	2024	115.612	126.913	123.997
	2017	2025	600	639	622
	2018	2025	68.373	78.094	75.208
	2019	2026	57.075	61.460	59.835
	2020	2027	27.045	28.703	28.208
	2021	2028	9.252	9.739	9.455
	2022	2029	55.139	56.991	-
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar(II)	2018	Perpétua	4.300	4.328	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.733	26.306
	2020	Perpétua	15.000	15.929	16.303
Total Geral				501.733	435.283
Circulante				13.385	8.484
Não Circulante				488.348	426.799

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, monta em R\$ 454.743 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 229.270 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Depósitos	433.892	91.071	426.922	90.116
Despesas de LCA e LF	35.908	7.529	36.969	7.762
Operações compromissadas	6.157	2.204	4.800	1.487
Outras	7.202	5.983	7.257	6.041
Total	483.159	106.787	475.948	105.406

16. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	55.019	56.601	87.857	88.611
Provisões para processos trabalhistas	116.260	124.319	116.729	124.786
Provisões para processos cíveis	73.073	57.118	82.630	66.731
Outras	213	211	213	211
Total – Não circulante	244.565	238.249	287.429	280.339

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
COFINS ⁽ⁱ⁾	9.410	9.215	25.836	25.058
CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	12.885	12.699
INSS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.091	27.387	29.649	28.914
PIS ^(iv)	7.609	7.521	9.330	9.221
ISS ^(v)	9.753	12.327	9.753	12.327
Outros	156	151	404	392
Total – Não circulante	55.019	56.601	87.857	88.611

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

⁽ⁱ⁾ Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 16.b).

^(iv) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(v) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2021	56.601	124.319	57.118	238.038	88.611	124.786	66.731	280.128
Constituição / (Realização)	(3.167)	17.751	41.702	56.286	(3.013)	17.728	44.458	59.173
Atualização Monetária	633	5.434	3.331	9.398	938	5.459	3.851	10.248
Liquidações	-	(31.244)	(29.078)	(60.322)	-	(31.244)	(32.410)	(63.654)
Atualização de Depósitos	952	-	-	952	1.321	-	-	1.321
Saldos em 30/06/2022	55.019	116.260	73.073	244.352	87.857	116.729	82.630	287.216
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.3.)	60.165	58.483	15.844	134.492	93.834	59.965	18.241	172.040

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.634 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 7.700 (R\$ 5.692 em dezembro de 2021), MB Consolidado R\$ 9.799 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

17. OUTROS PASSIVOS

17.1. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

17.2. Credores diversos – País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Dez / 2021	Jun / 2022	Dez / 2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	67.357	64.200	67.357	64.200
Provisão para despesas administrativas	114.087	104.392	115.343	106.075
Comissões sobre intermediação de operação de crédito	16.280	16.266	18.045	17.064
Outros	64.064	54.947	66.874	55.303
Total – Circulante	261.788	239.805	267.619	242.642

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Jun / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.483.080	593.710	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Mercantil do Brasil, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 mantidas em tesouraria.

No 1º semestre de 2022, o Banco vendeu 162.300 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.704. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 348.500 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.830.

18.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

18.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

Descrição	MB – Múltiplo	
	Jun / 2022	Jun / 2021
Lucro líquido dos semestres	95.300	100.539
(-) Reserva legal	(4.765)	(5.027)
Base de cálculo ajustada	90.535	95.516
JCP / Dividendos distribuídos ou provisionados	23.491	18.725
Dividendos provisionados	23.491	-
Juros s/ capital próprio pagos - bruto	-	22.029
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(3.304)
Juros s/ capital próprio pagos / Dividendos provisionados - líquidos	23.491	18.725

Os Juros sobre capital próprio / Dividendos por ação são conforme segue

Descrição	Valor bruto	IR	Valor líquido	Valor líquido por ação	
				Ordinária	Preferencial
Jun / 2022					
Dividendos	23.491	-	23.491	0,21591604	0,23750765
Total	23.491	-	23.491	-	-
Jun / 2021					
Juros sobre capital próprio	22.029	(3.304)	18.725	0,34420665	0,37862825
Total	22.029	(3.304)	18.725	-	-

18.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2022	Jun / 2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	59.429	35.871	95.300	100.539
Lucro básico por ação	0,9121	0,9121	0,9121	1,9181

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

19. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

19.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Tarifas bancárias – conta corrente	104.052	93.629	104.056	93.632
Comissão de seguro	-	-	61.160	49.118
Serviços de arrecadação	13.962	6.503	13.962	6.503
Cartão de crédito	13.789	10.296	13.789	10.295
Cobrança	2.095	2.518	2.095	2.518
Administração de fundos de investimentos	-	-	1.134	1.032
Rendas de serviços prestados a ligadas	4.390	2.460	-	-
Outros	937	1.341	3.358	4.284
Total	139.225	116.747	199.554	167.382

19.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	9.120	10.428	17.917	17.547
Proventos de funcionários	108.737	105.106	112.784	108.030
Benefícios	38.330	38.853	40.041	39.964
Encargos sociais	41.756	40.231	45.485	43.221
Participações no lucro	15.848	16.730	17.764	18.600
Outros	70	53	70	56
Total	213.861	211.401	234.061	227.418

19.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Água, energia e gás	7.409	6.228	7.881	6.589
Aluguéis	49.335	40.639	50.909	41.592
Amortização e depreciação	33.644	30.253	34.551	30.786
Comunicações	5.138	7.335	5.346	7.525
Materiais, manutenção e conservação de bens	16.925	17.592	17.386	17.850
Processamento de dados	51.210	42.395	53.101	43.871
Propaganda, publicidade e publicações	17.813	6.236	18.776	7.644
Serviços de terceiros	127.413	110.211	127.695	111.452
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	66.646	116.957	71.049	118.764
Serviços do sistema financeiro	6.889	7.547	6.755	7.370
Transportes	19.978	16.677	19.998	16.780
Outras	26.355	28.289	29.928	30.147
Total	428.755	430.359	443.375	440.370

19.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
ISSQN	6.998	5.790	8.722	7.179
COFINS	52.068	49.341	58.410	52.093
PIS	8.461	8.018	9.766	8.563
Outros tributos	2.633	3.647	2.950	6.689
Total	70.160	66.796	79.848	74.524

19.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Variações monetárias ativas ⁽ⁱ⁾	31.807	1.197	33.233	1.354
Recuperação de encargos e despesas	8.227	7.082	8.875	7.556
Outras receitas	8.757	14.953	9.594	16.664
Total	48.791	23.232	51.702	25.574

⁽ⁱ⁾ Reconhecimento de Variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 28.611 (Consolidado R\$ 28.727).

19.6. Outras despesas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	1.247	1.128	1.247	1.128
Descontos concedidos ⁽ⁱ⁾	22.483	28.395	23.329	29.218
Variações monetárias passivas	5.761	7.065	6.065	7.138
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	44.320	5.069	49.275	5.336
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱⁱⁱ⁾	260.932	178.815	260.932	178.815
Outras despesas	28.323	28.816	28.862	29.277
Total	363.066	249.288	369.710	250.912

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

19.7. Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, no individual e no Consolidado, são os seguintes:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2022	Jun / 2021	Jun / 2022	Jun / 2021
Majoração Alíquota da CSLL ⁽ⁱ⁾	1.990	22.340	2.018	22.866
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF(II)	(3.280)	-	(3.313)	-
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱⁱ⁾	28.611	-	28.727	-
Total	27.321	22.340	27.432	22.866

⁽ⁱ⁾ Efeitos no crédito tributário ref. majoração de alíquota CSLL em 1% no período de agosto/22 a dezembro/22 e de 5% de julho/21 até dezembro/21, conforme MP nº 1.115/22 e MP 1.034/21, respectivamente.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores referente ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado na apuração de IR/CS.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

20.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Controladas ⁽ⁱ⁾	Pessoal Chave ⁽ⁱⁱ⁾	Jun/2022	Dez/2021
Ativos	71.322	-	71.322	145.688
Aplicações em DI	69.818	-	69.818	124.987
Outros Ativos	1.504	-	1.504	20.701
- Outros Créditos	756	-	756	663
- Dividendos/JCP a receber	748	-	748	20.038
(Passivos)	(217.920)	(129.163)	(347.083)	(344.307)
Depósitos	(204.361)	(92.628)	(296.989)	(274.248)
- Poupança	-	(885)	(885)	(914)
- à Vista	(2.957)	(3.926)	(6.883)	(6.703)
- a prazo	(201.404)	(87.817)	(289.221)	(256.175)
- interfinanceiros	-	-	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(12.229)	-	(12.229)	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(18.441)	(18.441)	(25.671)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(5.219)	(5.219)	(3.750)
Outros Passivos	(1.330)	(12.875)	(14.205)	(14.896)
- JCP / Dividendos a pagar	-	(12.875)	(12.875)	(14.314)
- Outras Obrigações	(1.330)	-	(1.330)	(582)

⁽ⁱ⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽ⁱⁱ⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

Descrição	Controladas ⁽ⁱ⁾	Pessoal Chave ⁽ⁱⁱ⁾	Jun/2022	Jun/2021
Receitas / (Despesas)	694	(3.429)	(2.735)	704
Despesas da Intermediação Financeira	(3.370)	(3.429)	(6.799)	(1.398)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	4.064	-	4.064	2.102
- Receitas de Prestação de Serviços	4.390	-	4.390	2.487
- Outras Despesas Administrativas	(326)	-	(326)	(385)

⁽ⁱ⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽ⁱⁱ⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

20.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 19/04/2022, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 27.095.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 19.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 1.700 (R\$ 1.748 em junho de 2021) e no consolidado no valor de R\$ 3.241 (R\$ 3.216 em junho de 2021).

Até 30 de junho de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações

Até 30 de junho de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

20.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2022, o grupo patrocinador mantinha 18 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 503 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 999 (R\$ 838 em junho de 2021).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,13%
 - Taxa real de desconto: 5,73%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 8,89%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 8,89%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 12,62%
 - Taxa real de desconto: 5,39%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 6,86%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 6,86%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de junho de 2022, elaborado com base nas demonstrações financeiras de maio de 2022, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Jun / 2022	Dez / 2021
Obrigação de benefício definido	(42.984)	(43.139)
Valor justo do ativo do plano	48.369	44.794
Superávit / Déficit Líquido	5.385	1.655

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 2.962 (R\$ 1.661 em 31 dezembro de 2021) líquidos dos efeitos

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2021	44.794
Juros sobre o valor justo do ativo	12.284
Benefício pago pelo plano	(2.689)
Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	(6.020)
Saldo em 30/06/2022	48.369

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2021	(43.139)
Custo dos juros	(11.941)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.689
Redimensionamento da obrigação	9.407
Efeito da alteração de premissas financeiras	4.101
Efeito da experiência do plano	5.306
Saldo em 30/06/2022	(42.984)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	45.806
Premissa da análise	4,729%
2. Taxa real de desconto +1,0%	40.466
Premissa da análise	6,729%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	45.694
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	40.653
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

Em reunião do conselho de administração, realizada em 27 de julho de 2022, foi deliberado a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA.

22. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAc_{pad} (risco de crédito), do RWAm_{pad} - RWAm_{int} (risco de mercado) e RWAo_{pad} (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Jun / 2022	Dez / 2021
Patrimônio de Referência - PR	1.233.486	1.064.835
Patrimônio de Referência Nível I	1.003.000	868.274
Capital Principal – CP	955.098	820.423
Capital Complementar - CC	47.902	47.851
Patrimônio de Referência Nível II	230.486	196.561
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.483.233	7.698.797
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA _{cpad}	7.241.945	6.621.652
Risco de Mercado - RWA _{mpad}	7.152	3.017
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA _{opad}	1.234.136	1.074.128
Índice de Basileia	14,54	13,83
Capital de Nível	11,82	11,28
Capital Principal	11,26	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de

imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 28,83% (31,44% em dezembro de 2021).

22.1. Razão de Alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

23. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Res. 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen 3.876/18, alterada pela Circular Bacen 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (stress).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN 4.557/17 e Circular Bacen 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de hedge para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Com base na Resolução CMN nº 4.924/21, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI, CRA, Fundo Imobiliário e FIDC.

- Derivativos

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Descrição	Ativos Financeiros			
	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	810.237	810.237	813.670	813.670
Títulos e Valores Mobiliários	707.654	707.654	711.087	711.087
Cotas de Participação	10.468	10.468	10.468	10.468
Letras Financeiras do Tesouro	697.186	697.186	700.619	700.619
Relações interfinanceiras	102.496	102.496	102.496	102.496
Relações interdependências	87	87	87	87
Nível 2	10.542.898	10.597.527	10.820.896	10.860.244
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.427.483	1.427.483	1.319.492	1.319.492
Aplicações no mercado aberto	492.782	492.782	529.979	1.237.618
Aplicações em depósitos interfinanceiros	934.701	934.701	789.513	81.874
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	26.669	26.669
Cotas de Fundos	-	-	26.669	26.669
Fundos de Investimento	-	-	9.539	9.539
Fundos em Participações	-	-	5.370	5.370
Fundos de Participação de Negociação	-	-	11.760	11.760
Operações de Crédito e Outros Créditos	9.115.415	9.170.044	9.474.735	9.514.083
Nível 3	1.375	1.375	197.861	197.861
Títulos e Valores Mobiliários	1.375	1.375	197.861	197.861
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	108.775	108.775
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	29.785	29.785
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	12.398	12.398
Debêntures	1.375	1.375	9.079	9.079
Cotas de Fundos	-	-	37.824	37.824
Imobiliário	-	-	36.423	36.423
FIDC	-	-	1.401	1.401
Total em 30/06/2022	11.354.510	11.409.139	11.832.427	11.871.775
Total em 31/12/2021	9.603.514	9.984.192	10.042.686	10.415.176

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

Descrição	Passivos Financeiros			
	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	737.077	737.077	734.118	734.118
Depósitos	737.077	737.077	734.118	734.118
à vista	516.328	516.328	513.369	513.369
poupança	220.749	220.749	220.749	220.749
Nível 2	1.266.904	1.266.904	1.254.675	1.254.675
Captações no Mercado Aberto	63.586	63.586	51.357	51.357
Depósitos Interfinanceiros	195.074	195.074	195.074	195.074
Relações Interfinanceiras	109.383	109.383	109.383	109.383
Relações Interdependências	2.959	2.959	2.959	2.959
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	895.902	895.902	895.902	895.902
Nível 3	10.092.197	10.082.931	9.973.454	9.964.543
Depósitos	9.480.756	9.471.010	9.345.327	9.335.936
a prazo	9.480.756	9.471.010	9.344.320	9.334.929
outros	-	-	1.007	1.007
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	109.708	109.708	126.394	126.394
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	501.733	502.213	501.733	502.213
Total em 30/06/2022	12.096.178	12.086.912	11.962.247	11.953.336
Total em 31/12/2021	10.381.417	10.378.241	10.230.839	10.227.664

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de hedge.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,78 % ao ano.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

- Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 17,23% ao ano.
- Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 20,67% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
		Operações de Crédito (ponta ativa)	2.083	49.241	95.275
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Derivativo (ponta passiva futuro)	(2.150)	(51.160)	(97.391)
		Efeito Líquido	(67)	(1.919)	(2.116)
		Debêntures	(238)	(2.270)	(4.539)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(124)	(3.099)	(6.199)
		CRI	(198)	(7.446)	(14.892)
		CRA	(888)	(27.194)	(54.388)
Total com correlação			(1.515)	(41.928)	(82.134)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(833)	(23.060)	(45.174)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir a o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil do Brasil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoa disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 87.923 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).

b)

c) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 367.796 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).

d) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

e) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.

f) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting*



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021

Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas trimestrais em IFRS referentes à 30 de junho de 2022 simultaneamente à estas nas informações no *site* (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco
Paulino Ramos Rodrigues
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES
Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em linha com as responsabilidades inerentes ao Comitê de Auditoria, os trabalhos desenvolvidos ao longo deste período compreenderam, em suma, reuniões internas e expositivas, análises e discussões com os responsáveis pelas áreas da instituição, foco de atuação deste Comitê.

Durante esses trabalhos, verificamos que a visão de processos com foco nos riscos encontra-se disseminada e padronizada, contando com a participação das auditorias interna e independente, além das áreas de controle. Dentro da nossa dinâmica de análise, os riscos entendidos como prováveis, a partir dessas avaliações, foram refletidos nas demonstrações financeiras.

Nossas análises encontraram um cenário adequado nos processos de administração de riscos.

Consideramos que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidas e continuam sendo praticadas de acordo com as orientações corporativas. Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios elaborados pelos auditores independentes, concluímos que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 30 de junho de 2022 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não temos conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas informações.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, após análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, correspondentes ao período encerrado em 30 de junho de 2022, opinou, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Banco e de suas controladas, e, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A..

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2022.

Glaydson Ferreira Cardoso
Coordenador e Membro Especialista do Comitê de Auditoria

Lauro Wilson da Silva
Membro do Comitê de Auditoria

Sebastião Salvador Gamarano
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., que esta subscrevem, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VII, da Lei nº 6.404/76, examinaram os resultados referentes às demonstrações financeiras correspondente ao período encerrado em 30 de junho de 2022, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer do auditor independente – PWC Auditores Independentes (“PWC”), sendo estes documentos examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras desse período, foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional (*International Financial Reporting Standards Foundation* - IFRS Foundation). Ainda, examinaram o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros que tem como objetivo demonstrar a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com a Resolução CMN N° 4.842/2020.

Desta forma, com base nos exames efetuados e considerando os resultados referentes às Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2022, inclusive notas explicativas, relatório da administração, parecer do auditor independente – PWC Auditores Independentes (“PWC”), e ainda, o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, o Conselho Fiscal do Banco, de forma unânime, opina que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A em 30 de junho de 2022 e estão em condições de serem apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2022.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcos Paixão de Araújo
Afrânio Eustáquio Ribeiro
Yehuda Waisberg
Luciano Luiz Barsi

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.4 (d) e 8.3)

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos por parte da administração do Banco.

A análise de risco de crédito da contraparte e a mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é um processo que envolve utilização de premissas, de cenários econômicos, de avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e das garantias das carteiras, bem como o impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2682/99.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Além disso, executamos testes, em base amostral, sobre: (i) a integridade da base de dados; (ii) as premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão; (iii) a identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) os processos estabelecidos pelo Banco para atendimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Adicionalmente, efetuamos, em base amostral, testes sobre as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, a existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão, com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.4 (e) e 9.2)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas críticas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e a análise de aderência frente a Resolução CMN nº 4.842/20.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões e passivos contingentes (Notas 2.4 (k) e 16)	Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.
O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.	Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.
Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.	Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo.
Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.	Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.
Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Ambiente de tecnologia	
O processamento das transações do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos principais controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.
Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.	Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.
Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e

que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

MERCANTIL
DO BRASIL

